

A mulher na política e a influência dos discursos machistas nos meios de comunicação¹

Aline TAVARES²

Ana Laura PRADO³

Matheus CABRAL⁴

Rafael GROHMANN⁵

Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, SP

Resumo

Este artigo discute a presença de discursos sexistas e de ódio em âmbitos da comunicação como a mídia e as redes sociais. Serão explicadas as raízes das ideologias por trás de tais discursos e de que maneira elas se manifestam nos dias atuais, principalmente na Internet – espaço no qual desenvolve-se uma falsa ideia de impunidade em relação aos discursos proferidos. Será realizada uma discussão sobre como é tratada a mulher na política e como o machismo se apresenta nessa área. Analisando comentários de notícias relacionadas a atual presidente Dilma Rousseff, buscaremos entender como o simples fato de ser mulher pode afetar as críticas direcionadas a ela e fortalecer os pensamentos machistas na sociedade.

Palavras-chave: comunicação; machismo; ódio; política.

1. Introdução

Na era digital, opiniões e ideias são distribuídas pelo mundo inteiro de maneira rápida e eficiente. Tendo isso em mente, buscamos levantar os aspectos negativos da Internet e chegamos aos discursos de ódio – frequentemente compartilhados na rede –, cujos emissores contam com a sensação de impunidade que a tela de um computador traz.

Esses discursos muitas vezes englobam, também, opiniões machistas. Ao estudar como os meios de comunicação acabam por auxiliar a proliferação de tais opiniões, optamos por entrar em uma esfera que, tanto pessoal como digitalmente, apresenta fortes características machistas: a política. Por ser um ambiente considerado por muitos como masculino, a presença de uma mulher, pela primeira vez, no comando do país, acaba sendo alvo de diversas críticas, acompanhadas frequentemente por um teor sexista.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação 3º semestre do curso de Jornalismo da Cásper Líbero, email: tavares.aline96@gmail.com

³ Estudante de Graduação 3º semestre do curso de Jornalismo da Cásper Líbero, email: anaa.prado@hotmail.com

⁴ Estudante de Graduação 3º semestre do curso de Jornalismo da Cásper Líbero, email: matheuscabral20114@hotmail.com

⁵ Orientador do Trabalho

Desse modo, buscamos apresentar algumas destas questões por meio da exemplificação e análise de comentários em notícias compartilhadas no Facebook.

2. Discurso de ódio x liberdade de expressão

O discurso de ódio é definido por Michel Rosenfeld (2003) como a incitação ao ódio em virtude de raça, etnia, nacionalidade e religião, podendo-se acrescentar, também, gênero e orientação sexual. Na prática, porém, a definição do que é ou não discurso de ódio nem sempre é facilmente identificável. Apesar de muitas vezes ser explícito, pode também estar presente de forma indireta. Um exemplo problemático é o caso das charges que satirizam Maomé, em detrimento da crença islâmica de que o profeta não deveria ser retratado em imagens. Por um lado, defende-se que a prática é justificável por ser uma forma de crítica. Por outro, discute-se como isso pode alimentar a xenofobia e o ódio em relação aos que seguem o islamismo.

Apesar de não ser uma questão recente, a disseminação dos discursos de ódio foi agravada com o surgimento da internet – e, principalmente, das redes sociais. Por ser um espaço de difusão de ideias, muitas vezes reúne e fortalece discursos já existentes. A maioria dos sites possui políticas de uso que visam controlar, até certo ponto, a conduta dos usuários, banindo conteúdos explicitamente violentos. Os filtros e os critérios utilizados, no entanto, nem sempre são eficientes, principalmente frente a situações ambíguas e de difícil análise.

O direito à liberdade de expressão, previsto na maioria das democracias, visa garantir ao cidadão a livre manifestação de ideias e opiniões. Existem diferenças, no entanto, entre a liberdade na perspectiva liberal e na republicana. Enquanto na primeira há um sentido individual, desvinculado da política, a segunda apresenta um sentido mais semelhante ao de um instrumento de participação pública. Dessa forma, diferencia-se o nível de aceitação de intervenções do Estado na questão da liberdade. Apesar das diferenças, ambas as vertentes defendem a liberdade de expressão como um instrumento essencial para que se exerça a cidadania. Com base nesse direito, torna-se problemática a questão que envolve o discurso de ódio e sua criminalização: como é possível proteger a parcela reprimida, uma vez que a proibição de determinados discursos seria considerada censura?

As leis de diferentes países geralmente divergem em determinados pontos, delimitando ou não até onde a completa liberdade de expressão é aplicável. Alguns dos exemplos mais destoantes em relação a essa questão são as leis norte-americanas e as alemãs; enquanto o primeiro caso tem caráter liberal, o segundo mostra-se mais próximo à vertente republicana.

Na Alemanha, a Constituição prevê que todo cidadão tem o direito de expressar e disseminar livremente suas opiniões. No entanto, seu Código Penal Federal proíbe ofensas, ou seja, discursos que tenham como intuito o ataque ilícito e intencional à honra de alguém. O insulto é punido com pena de prisão – de até um ano – ou multa. É prevista, também, pena para aquele que incitar ódio contra segmentos da população ou propuser medidas violentas contra eles. A pena, nesse caso, varia entre três meses e cinco anos de prisão.

Por outro lado, a própria Corte Constitucional alemã considera tais proibições como sendo restrições à liberdade de expressão. Para solucionar a questão, foram desenvolvidas regras de ponderação, que definem qual dos interesses jurídicos merece prioridade em cada caso – a proteção da personalidade (ou vítima) ou a liberdade de expressão. Essa possível interferência entre os dois âmbitos, contudo, não é cabível em todo e qualquer caso. Torna-se necessário ponderar se a situação envolve interesses públicos ordinários ou relevantes – prevalecendo a maior importância para o segundo caso.

Em contraponto ao modelo alemão, nos Estados Unidos a liberdade de expressão é protegida de forma mais extrema. Isso pode ser observado, por exemplo, a partir do fato de que tal liberdade é o primeiro tópico a ser listado na Declaração de Direitos. Além disso, diferentemente do caso da Alemanha, nos EUA não existem emendas que expressem limitações àquela que se refere à liberdade de expressão. A criminalização de discursos apenas se torna aplicável em casos de perigo real e comprovado decorrente de determinada afirmação.

O Brasil se diferencia de ambos os casos, tornando-se, de certa forma, um meio termo. A Constituição Federal de 1988 garante ao cidadão o direito à liberdade de expressão. Ela, no entanto, pode ser limitada a partir de alguns critérios, como em casos de anonimato e de violação à honra e à imagem do indivíduo. Diferentemente dos EUA, a Legislação Brasileira não protege os discursos independentemente de seu teor e conteúdo. Ainda que não possua legislação específica quanto ao discurso de ódio, o documento prevê também a igualdade dos indivíduos perante a lei e a proteção legal contra a discriminação. É criminalizado o ato de “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou o preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”, e casos de infração podem resultar em até três anos de prisão.

Apesar de prevista em lei, a punição para os discursos preconceituosos não é facilmente aplicável. Isso ocorre pelo fato de não serem previstos, também, mecanismos de avaliação que facilitem a prova da ocorrência de crime. Vale ressaltar, ainda, que a lei não se destina à criminalização de preconceito motivado pelo gênero, sexo, identidade de gênero ou orientação sexual.

Uma vez que não é legalizado nenhum tipo de censura prévia à expressão, não há, de fato, como proibir previamente a disseminação do discurso de ódio. Contudo, ainda que não elimine as formas de preconceito intrínsecas a ele, sua criminalização visa punir sua manifestação pública, protegendo os indivíduos que são alvo.

3. O machismo na mídia e nas redes sociais

O machismo é um sistema ideológico que oferece modelos de identidade tanto para o homem quanto para a mulher, mediado pela dominação masculina. Durante séculos o patriarcalismo foi construído e enraizado em nossa sociedade, abrindo espaço para a aceitação da ideia do ser masculino como dominante. Os papéis sociais tanto femininos quanto masculinos são fruto dessa construção. (DRUMONT, 1980).

Segundo essa ideologia, o homem deve obter sucesso profissional e liderar a família, tomando as decisões importantes. A mulher, por sua vez, sempre foi vista como um objeto a ser desejado pelos homens e como um ser inferior, mais delicado e também mais fraco. (VIEGAS; RECUERO, 2014). Era comum que não exercesse os mesmos direitos que os homens. Tinha o seu comportamento, suas vestimentas e tudo na sua vida controlado; era proibida de estudar e trabalhar – seu único trabalho era cuidar da casa e dos filhos.

O machismo constitui, portanto, um sistema de representações-dominação que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre os homens e as mulheres, reduzindo-os a sexos hierarquizados, divididos em polo dominante e polo dominado que se confirmam mutuamente numa situação de objetos. (DRUMONT, 1980, p. 81)

Anos de luta foram necessários para que as mulheres – no caso, as ocidentais – alcançassem uma maior igualdade (mas não total) entre os gêneros. Hoje, a mulher vive de uma maneira que até algumas décadas atrás seria impensável – possui participação política, estuda, trabalha e exerce uma liberdade muito maior. Todavia, o machismo, mesmo que muitas vezes apresentado de modos diferentes, persiste até hoje. As crianças ainda são criadas sob a lógica do “isto é para meninos” e “isto é para meninas”; desde cedo aprendem que meninos podem brincar na rua, jogar futebol e falar palavrão, mas uma menina deve ser comportada, educada e delicada.

A dicotomia entre papéis femininos e masculinos leva-nos a pensar no fato de que, desde que nasce, o ser humano é inserido em uma história preexistente. Como legado social, ele recebe uma série de informações sobre o que é esperado que faça, de acordo com as características do grupo ao qual pertence. (WAGNER, 2005, p. 107)

A mídia é uma grande contribuidora na reprodução de ideias machistas (ANJOS et al., 2015), incentivando assim uma idealização da mulher: a mulher como dona de casa, como se vê nas propagandas de eletrodomésticos e afins, nas quais o discurso é dirigido em sua maioria apenas ao público feminino; e também a mulher como símbolo sexual, percebido claramente em comerciais como os de cerveja e programas de televisão que exibem mulheres seminuas para manter audiência – como o “Pânico na Band”. “A mídia impõe a mulher que ela deve ser aparentemente bela, a mulher recebe a imposição e luta por isso, a sociedade condena o comportamento ao mesmo tempo em que glorifica e inclui no ciclo social de sucesso somente quem se encaixa nos parâmetros.” (ANJOS et al., 2015, p. 9).

As próprias revistas femininas também reforçam esses discursos, em matérias sobre como conquistar o homem dos seus sonhos, como ficar mais bonita para ele ou quais roupas ele gosta e não gosta – como se tudo na vida da mulher devesse ser medido pelos desejos do ser masculino. Segundo João Freire Filho (2006, p. 104), revistas como Capricho e Todateen “oferecem descrições textuais e visuais daquilo que é conveniente em matéria de personalidade, relacionamento afetivo, saúde, comportamento sexual, aparência, vestuário e acessórios”. Assim, induzem suas leitoras a agirem conforme as expectativas sociais.

Outro círculo altamente propício para a disseminação do machismo é o ciberespaço. Discursos de ódio sempre existiram, porém, com o advento da Internet, tornaram-se muito mais frequentes e mais fáceis de serem propagados. Com a mídia e a sociedade incentivando esse comportamento, as pessoas se manifestam na rede reproduzindo tudo aquilo que lhes foi imposto sem a preocupação de pensar no que estão dizendo. O diferencial é que, nesse espaço, cria-se a ilusão de que se pode falar tudo o que quer com a segurança de que não será punido. Para Viegas e Recuero (2014, p. 8), “a sensação de impunidade pode acabar desencadeando a exposição de algumas opiniões preconceituosas que antes só circulavam entre grupos que aceitavam esse tipo de discurso.” Na Internet, como todos podem ver aquelas opiniões, isso acaba alimentando os vários preconceitos existentes na sociedade.

No caso das mulheres, ainda segundo Vieira e Recuero (2014), páginas no Facebook como “#Orgulho de ser hétero” divulgam opiniões sobre o papel do gênero feminino na sociedade. “*Case com uma mulher que saiba cozinhar, porque a beleza um dia acaba... Mas a fome não!*” é apenas um exemplo que evidencia o teor machista de publicações de páginas como essa. Além de páginas em redes sociais, comentários de notícias também apresentam conteúdo machista. Notícias sobre estupro, por exemplo, são frequentemente recebidas com

comentários que culpabilizam a vítima, apontando a roupa que ela estava usando como justificativa para um ato que, na verdade, é injustificável.

Recentemente, foi anunciado que o novo jogo de *videogame* FIFA 2016 incluiria times femininos e muitos homens se manifestaram contra essa notícia no *Twitter*. “*Por que tem mulheres no FIFA 2016? Elas não sabem jogar futebol!*”, “*Por que as mulheres tem que interferir em tudo o que fazemos?!*”. Esses comentários mostram como alguns homens se incomodam quando as mulheres participam de um universo que muitos consideram exclusivamente “masculino”, como se elas não tivessem o direito de estar ali.

Há uma grande onda de discursos na rede que abordam tantas outras questões do universo feminino de uma maneira extremamente sexista. Esses enunciados são cada vez mais propagados nas mais diversas plataformas, dificultando a desconstrução dessa estrutura machista presente na sociedade.

4. A mulher na política

A participação da mulher na política brasileira ainda se encontra em estágio incipiente. Ainda que a nação esteja sob o comando de uma mulher – o que já é algo bastante significativo –, a representatividade feminina na Câmara e no Senado ainda é ínfima se comparada à proporção de mulheres na população.

Na Câmara dos Deputados, por exemplo, as mulheres não ocupam sequer 10% das cadeiras, segundo pesquisa feita pelo Superior Tribunal Eleitoral. No Senado, o número de mulheres é ligeiramente maior, com 13% de presença feminina. Esse número, entretanto, em nada corresponde à proporção de mulheres na população brasileira (aproximadamente 51%).⁶ A presença ínfima das mulheres na política se estende até o período eleitoral. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, apenas 29,73% dos candidatos nas eleições de 2014 pertenciam ao sexo feminino.⁷

Desse modo, fica evidente a questão: em um país em que a maioria da população é composta por mulheres, o que justifica este cenário tão desfavorável para este gênero nos altos escalões da política? Primeiramente é preciso considerar que, para grande parte da sociedade, a política continua sendo um espaço associado ao gênero masculino. Portanto, a simples tentativa de se ingressar nesse mundo é vista como uma intromissão. Às poucas mulheres que optam por seguir carreira política, restam algumas alternativas, como imitar os modelos

⁶ Segundo dados do censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE;

⁷ Dados do site do Tribunal Superior Eleitoral (<http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2014/Julho/eleicoes-2014-aumenta-participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira>)

masculinos de modo a aliviar a pressão. “De modo que para conseguir desculpar sua intromissão nesse clube masculino que ainda hoje é a vida pública, as mulheres políticas copiam os papéis masculinos de autoridade.”⁸ (SCHWARTZENBERG, 1978, p. 94)

Com isso, o ingresso na atividade política é algo bem mais difícil para as mulheres, devido à natureza patriarcal da sociedade brasileira. Em uma sociedade em que a mulher geralmente é relacionada ao suposto papel de mãe e alicerce da família, e não as suas realizações e objetivos, torna-se algo muito difícil entrar em um campo destoante das atividades do lar.

Ademais, é interessante observar a natureza dos cargos almejados. Enquanto há um número maior de mulheres nos cargos mais baixos da hierarquia política, como deputadas e vereadoras, a cada degrau da pirâmide de poder a proporção diminui, o que é um reflexo de uma ideologia que permite que a mulher entre na política, mas não que comande. Enquanto em 2014 cerca de 30,45% dos candidatos a deputado eram mulheres, na disputa à presidência apenas 18,18% pertenciam a esse gênero, segundo dados do TSE.

Algo que também é válido ressaltar é o quanto características físicas e a vida privada são mais significativas no caso de mulheres do que homens na política. Ao passo que a conduta moral de um homem será alvo de críticas, a constituição física e a conduta sexual geralmente são utilizadas enquanto ferramenta de ofensa no caso das mulheres.

A candidatura de Dilma Rousseff representou uma ruptura neste padrão de comportamento. Como grande parcela da população tem uma opinião negativa a respeito do período de Ditadura Militar, foi utilizado largamente em sua campanha o passado de guerrilheira contra o regime. Dessa maneira, abandonou-se a tradição da mulher enquanto indivíduo do lar e evidenciou-se a figura da mulher enquanto força política.

Este processo de rejeição do “caráter feminino” em uma campanha política foi estudado por Schwartzberg, que afirmou que para romper com o caráter submisso renegado à mulher em uma sociedade patriarcal e introduzir-se no jogo político, a mulher por vezes adota um papel, “fazendo-se passar por mulher dominadora, mulher forte, mulher de ferro, sucessora do homem de pulso”. (SCHWARTZENBERG, 1978, p. 94). O abandono da identidade “feminina” ou, no mínimo, seu deslocamento para o segundo plano, ocuparam grande parte da carreira política de Dilma. Contudo, ainda durante sua campanha, houve um movimento em outra direção. Muitos de seus apoiadores passaram a referir-se a ela como “Dilmãe”.

Uma manobra política dessa natureza não poderia ser mais engenhosa. A rigidez do sistema patriarcal foi aproveitada como alavanca para conseguir mais votos. Considerando que

⁸ Gostaríamos de reforçar que nós não apoiamos a culpabilização das mulheres.

o ingresso da mulher na política não ocorre a partir de suas realizações, é preciso que encontre outra maneira, outros papéis para representar. “Sobram portanto a heroína, homóloga do herói masculino, e a mãe, substituta do pai como versão feminina do poder imposto”. (SCHWARTZENBERG, 1978, p. 94-95)

Essa figura materna, que nutre, que consola, mas que também repreende, foi fundamental no desenrolar da campanha de Dilma. Associada à figura de guerrilheira, permitiu que atacasse por duas frentes durante o período eleitoral e angariasse um número de eleitores necessário para se manter nas primeiras posições nas pesquisas de intenção de voto.

5. O machismo e o ódio nos comentários digitais relacionados a Dilma Rousseff

O Facebook, maior rede social atualmente⁹, tornou-se uma das principais ferramentas de compartilhamento de notícias, sendo utilizado pelos próprios veículos de comunicação. Devido ao número massivo de usuários, e dependendo da visibilidade da página, uma notícia compartilhada por um veículo pode gerar uma grande quantidade de comentários. Como vimos, a sensação de liberdade e impunidade, proporcionada pelo meio digital, muitas vezes resulta na propagação de opiniões discriminatórias e agressivas.

Reeleita em 2014, a presidente Dilma Rousseff tem sido alvo de diversas críticas, e espaços como as redes sociais são amplamente utilizados para disseminar tais opiniões. A partir da análise dos comentários de notícias relacionadas à presidente, compartilhadas no Facebook pelas páginas de grandes veículos, procuramos expor alguns discursos com conteúdo agressivo. Foram escolhidas as quatro notícias mais recentes – que citavam Dilma – dos meses de maio e junho de 2015, divulgadas pelos portais da Folha de S. Paulo e do Estado de S. Paulo. Na ocasião, foram encontradas três notícias no primeiro veículo e uma no segundo. Selecionamos os 200 primeiros comentários postados em cada uma delas. Dentre eles, a maior parte possuía críticas, e alguns chegavam a expressar opiniões de maneira machista e violenta.

Alguns usuários fundamentam suas ofensas com base em uma suposta conduta imoral por parte da presidente. Alguns exemplos podem ser observados a partir dos comentários “*Cala a boca sua anta mentirosa. Depois de 4 anos de mentiras ainda quer continuar mentindo?*” e “*essa cretina mentirosa tem que ser presa. que moral tem essa ex-'guerrilheira' criminosa de mostrar alguma defesa?*”. No primeiro caso, a ofensa é fundamentada, basicamente, em ações

⁹ Segundo dados de notícia divulgada pela Folha de S.Paulo em janeiro de 2015, o Facebook já possui 1,4 bilhões de usuários. (<http://www1.folha.uol.com.br/tec/2015/01/1581963-facebook-supera-estimativa-de-receita-de-analistas-usuarios-ja-sao-14-bi.shtml>)

tomadas durante seu governo. O segundo¹⁰, por sua vez, refere-se também aos seus atos anteriores à posse – como opositora à Ditadura Militar –, baseando-se no pressuposto de que sua conduta “imoral” no passado elimina seu direito de se defender de acusações atuais. Uma característica de ambos é a presença do verbo “mentir”, que em um deles chega a ser repetido três vezes.

Em “*Dilma não diz nada, Dilma é um verme repugnante, analfabeta, imbecil, ladra, porca, pedaço de fezes, não pode nem sair na rua*”, também há a intenção de minar sua credibilidade com base em sua conduta e, inclusive, suposta falta de conhecimento. A presença do termo “analfabeta” em meio a insultos evidencia o caráter pejorativo com que é utilizado. Há também uma vinculação da imagem de Dilma com a de Lula, que durante seu governo recebia o mesmo rótulo. Como são do mesmo partido e têm mandatos consecutivos – além de frequentemente realizarem aparições públicas em conjunto –, muitas vezes recebem críticas em comum. Por fim, o uso de nomes de animais para adjetivá-la ocasiona a desumanização da presidente, agravada pela escolha de animais geralmente associados a algo repulsivo.

A ideologia machista também é uma abordagem frequente entre os comentários encontrados. Alguns relacionam o tema da notícia à aparência ou à vida pessoal de Dilma, como no caso de “*Mulher feia e mal amada!...ta fodendo com tudo!*”. O usuário aparentemente procura justificar as ações da presidente com base em uma suposta vida pessoal malsucedida. Outras observações, no entanto, nem mesmo se relacionam ao assunto, limitando-se a proferir ofensas: “*Dilmagra está ficando tão magra que daqui à pouco vai se transformar na Zélia Cardoso de Melo*”. A referência a essa personagem da política brasileira pode resultar de uma relação não só física, mas também política, uma vez que Zélia foi a idealizadora do Plano Collor – considerado por muitos como algo extremamente negativo para a economia nacional.

Ademais, há quem associe sua suposta incapacidade de governar à idade que possui: “*Essa velha não sabe nem o que fala kkk kkkkk ridícula*”. Vale ressaltar que a presença de tais comentários se justifica, principalmente, por serem direcionados a uma mulher. Quando dirigidas aos homens, as críticas dificilmente fundamentam-se na aparência física ou mesmo na idade. No caso de Lula, por exemplo, nota-se a predominância de ofensas direcionadas a sua credibilidade, como em casos em que ele é chamado de “ladrão” ou “mentiroso”.

As ofensas nos comentários transcendem as menções à aparência, idade e capacidade intelectual. Em “*Vagabunda, lixo de presidente*”, “*Estradas ? EU QUERO EDUCAÇÃO SUA*

¹⁰ Com “defesa”, o usuário se refere ao assunto contido na matéria com a seguinte manchete: “Lutarei para mostrar que não estou ligada ao caso Petrobras, diz Dilma”.

VAGABUNDA!” e *“Admita vagaba, você e sua corja quebraram o país”*, encontram-se discursos machistas mais explícitos. O termo “vagabunda” remete a uma suposta imoralidade feminina, geralmente relacionada a um comportamento promíscuo. Apesar de seu significado original, entretanto, a palavra adquiriu uma utilização banal, tornando-se uma ofensa padrão quando se trata de uma mulher. A cobrança por moral é reforçada pelo comentário *“vontade de ofender essa mulher em sua moral... se é que ela tenha...”*. Vale ressaltar que, quando relacionada a uma mulher, “moral” comumente inclui, além da credibilidade, um comportamento sexual “adequado” – isto é, não se relacionar com muitas pessoas.

Outra ofensa relacionada à conduta sexual feminina pode ser observada em *“E ainda vai vir quem defenda essa quenga!”*. Primeiramente, a utilização de uma palavra que denomina uma profissão relacionada ao sexo como ofensa revela muito sobre a sociedade. A falta de liberdade sexual da mulher faz com que, aos olhos de uma sociedade patriarcal, qualquer uma que adote uma profissão que depende disso seja estigmatizada. O usuário reflete a ideologia dominante ao insinuar que, enquanto “quenga”, Dilma não teria direito de defesa. No caso de *“Drogada usa crack mãe dilma a Mãe DOS FILHOS DAS PUTAS”*, novamente há referência à prostituição, desta vez de forma mais explícita.

Em *“EU É QUE ESTOU, O VACA”* e *“para mostra onde enfiou o nosso dinheiro, acho que a vaca vai tossir e muito, até entalar”*, figura-se outro termo comumente utilizado como ofensa a mulheres. A palavra “vaca”, assim como nos casos anteriores, tem como objetivo atacar a moral e o caráter da mulher. Um exemplo desse uso pode ser observado no primeiro comentário, no qual o internauta utiliza a palavra para se referir a Dilma de maneira pejorativa. No segundo, o emprego de tal termo vai além de seu sentido simbólico e adquire conotação literal, tratando-a, de fato, como um animal.

No comentário *“Tem que espionar essa vagabunda mesmo, pois ela é uma comunista safada, e vive de complô com a Rússia, Iran, Cuba etc”* encontram-se referências distintas. Além de ofendê-la como mulher (“vagabunda”), o discurso ainda condena uma suposta orientação política por parte da presidente. Nota-se que o usuário ainda recorre a teorias conspiratórias para minar a credibilidade de Dilma.

Certos discursos ultrapassam o teor machista e chegam a manifestar puro ódio e violência. Um exemplo dessas manifestações pode ser observado em *“Eu não gosto de você, Dilma. Que você e todos do PT morram.”* É visível que internauta não concorda com o governo petista, entretanto, essa insatisfação aparentemente chega ao ponto de desejar a morte tanto à presidente quanto aos membros de seu partido. A maneira casual como essa expressão foi

enunciada evidência que a desumanização da presidente foi bem sucedida, a tal ponto que desejar sua morte abertamente em uma rede social é algo feito corriqueiramente.

Essa banalização da morte quando relacionada ao PT está presente mais intensamente nos comentários *“E nós lutaremos para dizimar essa quadrilha que vem acabando com nossa Pátria!!!”*, *“petista falando em ódio, kkk fuzilar é pouco estes lixos”* e *“Só tem uma saída, junta todos e enforca em praça pública.”*, os quais sugerem a execução dos membros do partido. No primeiro caso há, ainda, uma tentativa de “justificar” esse ato, de modo que a defesa da Pátria legitimaria uma ação tão extrema. O segundo comentário, por sua vez, faz referência aos fuzilamentos que são utilizados como forma de punição em alguns países. De acordo com o usuário, nem mesmo a pena de morte seria suficiente como forma de justiça; demonstra-se, dessa forma, a gravidade com que são vistos os supostos crimes cometidos pelos membros do partido.

Ainda que comentários exaltados pareçam generalizar o ódio aos membros do partido em questão, é contra Dilma Rousseff que se manifestam em sua forma mais agressiva. *“Vc e um lixo uma ratazana vai para o inferno com todos que votou em Vc e todas a quadrilha”*, *“Só o suicídio livra sua cara, mas vc ã tem coragem de guerrilheira que diz ser...”* e *“Quer resolver a situação do país logo? Compra dois metros de corda , amarra no seu pescoço e se pendura num poste!”* ilustram bem esse cenário. Os comentários possuem, bem como alguns anteriormente citados, tanto a desumanização (“ratazana”) quanto a relação com fatos passados (“guerrilheira”).

A análise dos comentários selecionados possibilita a apreensão de pontos de vista distintos que, porém, são expostos de formas semelhantes. Nota-se que a simples crítica parece se mostrar insuficiente para dirigir-se à figura de Dilma, tornando-se comum o uso de palavras de baixo calão no lugar de seu nome. Além disso, ainda que estas estejam ausentes, ocorre, muitas vezes, o uso de expressões que apenas são pejorativas quando em determinados contextos – como os termos animais.

O discurso de ódio aparece de forma explícita e naturalizada. Ainda que os comentários sejam publicados em uma página pública, os usuários não demonstram preocupação com possíveis consequências. Vale ressaltar que, sendo o Facebook uma rede social, a busca pela aprovação dos demais usuários é recorrente. Dessa forma, a postagem de comentários pode ser encarada, na maioria dos casos, como mais do que a simples exposição de pensamentos: em geral, trata-se do compartilhamento de ideias que o usuário acredita possuir em comum com os demais. Isso reforça, portanto, a naturalidade com que tais discursos são vistos e disseminados.

Além da forma em comum, os conteúdos se assemelham em alguns aspectos. Grande parte dos comentários faz menção a fatos isolados que, na maioria das vezes, são apresentados de forma descontextualizada – como a menção ao passado “guerrilheiro” de Dilma, ou mesmo a sua suposta mudança de peso. Destacam-se, portanto, evidências de que não é apenas a atuação política de Dilma que está em questão, mas sim sua figura como um todo.

6. Considerações finais

O presente artigo propôs uma análise contextualizada de discursos que possuíam ideologias impregnadas apesar de uma aparente superficialidade. Para tanto, buscamos, primeiramente, estudar as origens de tais ideologias, desmembrando-as em três esferas: a problemática entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio, o machismo e a mulher na política. O aprofundamento dos temas auxilia no entendimento da conexão existente entre eles, que é, por sua vez, evidenciada pelos discursos posteriormente analisados. Além disso, ressaltamos o protagonismo da internet, em especial das redes sociais, na propagação e radicalização de pensamentos.

Considerando as análises realizadas, demonstra-se como a sensação de impunidade proporcionada pela internet é capaz de intensificar a proliferação de preconceitos e de violência. Confunde-se democracia com liberdade irrestrita de expressão, subestimando-se os efeitos desses discursos na sociedade e nos indivíduos.

O tema em questão pode dar margem a análises mais aprofundadas, e a trajetória escolhida é apenas um dos desdobramentos passíveis de discussão. Pretendemos, portanto, dar continuidade às pesquisas apresentadas neste trabalho, para melhor compreender um tema amplo e em constante modificação.

Referências bibliográficas

ANDRADE et al. As mulheres nas eleições de 2014. **Secretaria de políticas para as mulheres**, 2014. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2014/as-mulheres-nas-eleicoes-2014-livro.pdf>

ANJOS et al. **O Machismo na Mídia: Como a Imagem da Mulher é Retratada**. 2015. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/norte2015/resumos/R44-0707-1.pdf>

BRUGGER, W. Proibição ou Proteção do Discurso do Ódio? Algumas Observações sobre o Direito Alemão e o Americano. **Direito Público**, América do Norte, 2010. Disponível em: <http://www.direitopublico.idp.edu.br/index.php/direitopublico/article/view/521/919>

CONRADO, Rômulo Moreira. Vedação ao discurso do ódio. In: **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3555, 26 mar. 2013. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/24047/a-vedacao-ao-discurso-do-odio-na-constituicao-federal-de-1988/2>

DRUMONT, Mary Pimentel. **Elementos para uma análise do machismo**. Perspectivas, São Paulo, 3: 81-85, 1980. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1696/1377>

FREIRE FILHO, João. Em cartaz, as garotas superpoderosas: a construção discursiva da adolescência feminina na revista Capricho. In: **Revista Fronteiras** – estudos midiáticos, p. 102-111, 2006. Disponível em: <http://200.144.189.42/ojs/index.php/fronteiras/article/viewArticle/3142>

LEAL, Fernanda Rabelo Oliveira. O fenômeno "discurso do ódio" sob a ótica do direito constitucional brasileiro contemporâneo. **Conteúdo Jurídico**, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,o-fenomeno-discurso-do-odio-sob-a-otica-do-direito-constitucional-brasileiro-contemporaneo,52399.html>

LIMA, Venício Artur de. A liberdade de expressão e o paradoxo liberal. In: **Observatório da Imprensa**. São Paulo, edição 710, 04 de setembro de 2012. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/ed710_a_liberdade_de_expressao_e_o_paradoxo_liberal

POTIGUAR, Alex Lobato. **Igualdade e Liberdade: a luta pelo reconhecimento da igualdade como direito à diferença no Discurso de Ódio**. Brasília, 2009. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5328/1/2009_AlexLobatoPotiguar_dissertacao.pdf

SCHWARTZENBERG, Roger Gérard. A a-mulher política. In: **O Estado Espetáculo**. Editora Difel, São Paulo, 1978.

VIEGAS, Paula Rickes. RECUERO, Raquel. **A dominação masculina nos sites de rede social**. Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2014/resumos/R40-0669-1.pdf>

WAGNER, Adriana. **Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares**. EDIPUCRS, Porto Alegre, 2005.